

# A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A CENTRALIDADE DO TRABALHO

*Silvia Neves Salazar<sup>1</sup>*

---

## **Resumo:**

Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a economia solidária na perspectiva de uma nova sociabilidade do trabalho, nos marcos dos anos 1990 em um contexto de transformações societárias, particularmente no mundo do trabalho, onde se vivencia a crise do desemprego estrutural. Assim, busca-se refletir sobre a centralidade do trabalho e a retomada da economia solidária considerando as transformações em curso. Nesta construção teórica nossa preocupação volta-se para o cuidado de não cairmos numa visão idealizadora da economia solidária. Ainda que estas práticas expressem uma tendência para a perspectiva emancipatória ou para a perspectiva de precarização do trabalho. Desta forma, busca-se refletir sobre o processo contraditório que permeia tais práticas onde tomamos como arcabouço teórico-metodológico a centralidade da categoria trabalho a partir da noção de work e labor.

**Palavras-chave:** economia solidária, work, labor, trabalho, racionalidade Solidary Economy and Centricity of Labor

## **Abstract:**

The objective of this article is to present a reflection of solidary economy in the perspective of a new sociability of labor, in the marks of the 90' s, in a context of societal transformations, particularly in the world of labor, where the crisis of structural unemployment is experienced. This way, the reflection about centricity of labor and the retaking of solidary economy, considering the transformations in course, is sought. In this

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pela PUC/Rio e Professora da Faculdade Salesiana de Vitória

theoretical construction, our concern is oriented towards the care not to fall in an idealizer view of solidary economy, even though these practices express a tendency for the emancipative perspective or for a perspective of precarization of labor. In this mode, the reflection about the contradictory process which permeates such practices where we take as theoretical-methodological framework the centrality of the labor category from the notion of work and labor.

**Key words** = solidary economy, work, labor, rationality.

## 1. A retomada da Economia Solidária e a crise no mundo do trabalho

Um elemento na retomada da economia solidária se destaca no processo de resignificação da solidariedade que passa a ser incorporada como um apelo à sociedade, de forma a-política, visando “responder” ao agravamento das questões sociais<sup>2</sup>. Segundo Montañó a estratégia neoliberal de transferência da ação social do Estado para a sociedade civil (chamada de terceiro setor) tem uma função ideológica de encobrir e gerar uma aceitação da sociedade, particularmente em relação às mudanças no campo das políticas sociais. Assim, a lógica da descentralização e da solidariedade não-classista forjam uma pseudo participação, autonomia e poder da sociedade civil sobre o campo dos direitos sociais, o novo significado de solidariedade imposto pelo projeto neoliberal reatualiza a benemerência e a caridade como valores centrais no trato das questões sociais. Em consequência reduz a contradição entre capital e trabalho através da despolitização das relações sociais vigentes, reforçando uma solidariedade transclassista e descaracterizada na sua dimensão política.

Por outro lado, não podemos negar que no Brasil a economia solidária vêm sendo fomentada, predominantemente em razão da crise

---

<sup>2</sup> Montañó desenvolve uma rica análise do Terceiro Setor no trato com as questões sociais, a partir do novo padrão neoliberal de intervenção na área social. Ver, MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

do emprego formal. Pois, com a redução do trabalho assalariado, o que resta para um significativo contingente da sociedade brasileira é o trabalho por conta própria. A Lei do Contrato de Trabalho Temporário de 1998 e o ressurgimento com intensidade das cooperativas com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003 expressam a tendência nos últimos governos. Sob a era neoliberal e o novo complexo de reestruturação produtiva adotado no Brasil a partir do governo Collor de Mello em 1990, o desemprego vem atingindo níveis crescentes. Porém, segundo Alves (2000), no governo Collor ainda não eram perceptíveis os resultados estruturais deste novo complexo de reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho.

*“É a partir do Plano Real, em 1994, sob o governo Cardoso, com o novo ciclo de crescimento da economia brasileira, que surge, com maior clareza, a percepção de um novo (e precário) mundo do trabalho. O crescimento do desemprego industrial e da precariedade de emprego e salário não se vinculava apenas às contingências da recessão sob o governo Collor, mas pertencia, de certo modo, à própria lógica do novo crescimento capitalista sob a era da mundialização do capital. (Alves, 2000: 248)”*

Neste contexto de mudanças a flexibilização dos processos de trabalho, o grande salto tecnológico, o desenvolvimento da automação, da robótica e da microeletrônica, determinam no mundo da produção novos processos de trabalho. Vale ressaltar que, todo este “rearranjo” no modo de produção surge como resposta à crise do fordismo, mas, principalmente, trata-se de um processo muito mais amplo em que os novos padrões de produtividade, as novas formas de trabalho têm como ponto fundamental à adequação da produção à lógica do mercado e, conseqüentemente, a garantia na acumulação do modo de produção capitalista que entra em crise (Antunes, 1995). A lógica do mercado estará perpassando a todo o momento as questões que envolvem o trabalho, no sentido de garantir a qualidade para atender a expansão do mercado. Assim, a acumulação flexível, se por um lado responde com eficiência a crise do capital, por outro, traz sérias conseqüências para as camadas médias e baixas da população, na medida em que são criadas diversas modalidades de trabalho precário, parcial, temporário, etc... Conforme destacam Almeida e Alencar:

*Ao longo dos anos 90, o Brasil perdeu 3,3 milhões de postos de trabalho formais, em uma economia que tinha ao final do mesmo período 18,3 milhões de assalariados, ou seja, que contribuía regularmente para a Previdência Social e eram regidos pelas leis trabalhistas, num total de 70 milhões de uma população economicamente ativa. (2001: 103)*

No contexto dessas mudanças no mundo do trabalho em que o desemprego se coloca como o grande “fantasma” dos trabalhadores, a partir dos anos 1990, crescem no Brasil as iniciativas no campo da economia solidária. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES/2005) apontam uma estimativa que, do total de 12.810 (doze mil oitocentos e dez) empreendimentos econômicos solidários identificados no Brasil, 11.136 (onze mil, cento e trinta e seis) surgiram a partir de 1990. O ano que se destaca como mais expressivo nesse crescimento é o de 1999, com a criação de 1.359 (um mil trezentos e cinquenta e nove) novos empreendimentos econômicos solidários. Estes dados sinalizam que o desemprego estrutural vivenciado por significativa parte da população brasileira, tem levado este segmento a se inserir em atividades não assalariadas, como única estratégia de sobrevivência. Por outro lado, não podemos desconsiderar a funcionalidade que tais iniciativas passam a ter no núcleo da produção capitalista, em tempos de precarização da força de trabalho.

Assim, vale ressaltar que, sem prescindir totalmente da mão-de-obra pouco qualificada, percebemos que, as crescentes demissões que caracterizam o desemprego estrutural têm sido acompanhadas, numa dimensão significativa pelo ressurgimento de iniciativas de inserção no mundo do trabalho, via cooperativismo<sup>3</sup>. É neste contexto que os segmentos das classes subalternizadas da população brasileira sofrem os rebatimentos destas mudanças no mundo do trabalho, e diante das dificuldades de inserção em alguma atividade laborativa, têm buscado dentre as estratégias de sobrevivência, a inserção nos grupos de economia solidária. Neste cenário é que resgatamos a centralidade do trabalho.

---

<sup>3</sup> Segundo Singer, “o cooperativismo de consumo desempenhou um importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, teve um começo claro: a famosa cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844”. (2002:39).

## 2. A centralidade da categoria trabalho

A diminuição do trabalho assalariado nas sociedades capitalistas a partir do novo padrão de acumulação flexível, que se inicia nos anos 1970, coloca no centro do debate o questionamento sobre a centralidade do trabalho. A polêmica gira em torno de autores como Habermas, Offe, Gorz que questionam a categoria trabalho, como elemento central para pensarmos a sociedade contemporânea, dada à crise do trabalho assalariado. Por outro lado, na literatura brasileira, autores como, Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Gaudêncio Frigotto resgatam, em Marx e Lukács, os elementos teóricos que compõem a centralidade do trabalho, como condição inerente de existência do ser humano. A argumentação destes autores parte da idéia de que, o contexto atual não permite concluir pela perda da centralidade do trabalho no universo de uma sociedade produtora de mercadorias (Antunes, 1995). Tal construção teórico-metodológica parte da concepção do trabalho em sua dupla dimensão, enquanto labor e work. Visto que, se por um lado o trabalho se constrói a partir de relações sociais determinadas por uma dada sociedade, enquanto ocupação cotidiana (dimensão da particularidade), por outro, o trabalho é também atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana (dimensão da generalidade).

Neste debate um elemento que consideramos fundamental destacar refere-se à diferenciação entre os termos trabalho e emprego. No dicionário temos o entendimento por emprego: função, cargo, ocupação, uso, aplicação, serviço público. E por trabalho: aplicação da atividade, serviço, esforço, fadiga, ação ou resultado da ação de um esforço. Nesta simples definição identificamos que o emprego é socialmente construído a partir de um dado entendimento da sociedade e de sua organização, particularmente da sociedade capitalista. Segundo Husson (1999:160):

*“A nossa cultura mais imediata enraíza-se no período do pós-guerra, o dos Gloriosos 30, em que o pleno emprego permitia dar um lugar a cada um na sociedade, ultrapassar a contradição entre o econômico e o social e regular as relações entre a sociedade e a empresa”.*

Neste aspecto efetivar o pleno emprego significava, em primeira instância, atender à lógica do desenvolvimento das forças produtivas. Já o contexto atual é marcado por novas configurações em que a lógica capitalista já não necessita do emprego pleno.

Convergindo com a perspectiva marxiana definimos o trabalho como condição inerente de existência do ser humano, pois o trabalho significa essência enquanto possibilidade do gênero humano transformar a realidade e transformar-se. Neste sentido, o trabalho não se reduz à mera ocupação, pois implica resultado consciente da ação do homem sobre a realidade. É nesta construção social do trabalho que buscaremos relacionar a análise de uma nova sociabilidade do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários, a partir desta atividade consciente dos sujeitos sociais. Em Lukács (mimeo: 39) temos que:

*“... o trabalho é um veículo para a auto-produção do homem como homem. Como um ser biológico, o homem é um produto do desenvolvimento natural. Com sua auto-realização, que nesse caso significa apenas um recuo da fronteira natural e nunca seu desaparecimento, sua conquista completa, ele se torna um ser novo e auto-fundado, um ser social”.*

Para Husson (1999:162) emprego e atividade (trabalho) são definidos por duas lógicas distintas. A primeira chamada lógica do emprego assalariado confunde o trabalho e o emprego. Esta preconiza uma regulação do sistema por uma série de medidas que devem ser aceitas a fim do maior número de pessoas terem acesso ao emprego assalariado. A segunda lógica, a da atividade é mais inovadora e parte de uma distinção entre o trabalho e o emprego, que põe em causa os próprios fundamentos da sociedade capitalista. Esta breve diferenciação entre emprego e trabalho nos leva a questionar sobre o reducionismo no entendimento da perda da centralidade do trabalho, a partir de um contexto marcado pela diminuição do emprego assalariado. Visualizar a diminuição ou fim do emprego assalariado é totalmente distinto de conceber o fim do trabalho, enquanto atividade útil e fundante do ser humano.

Este debate volta-se para a polêmica que envolve a dupla dimensão da categoria trabalho, ou seja, enquanto ocupação cotidiana (labor) e ao mesmo tempo enquanto atividade imediatamente genérica que supera a cotidianidade (work) (Heller:1991). Onde a partir da análise marxiana entende-se por um lado: o *trabalho abstrato* enquanto dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinado por um tipo de sociedade que tem na sua lógica a produção de mercadorias, a partir do seu papel decisivo na criação de *valores-de-troca*. Nesta

perspectiva, Antunes (1999) resgata em Agnes Heller a execução de um trabalho que é parte da vida cotidiana, sinônimo de trabalho alienado que Marx define como *labor*. Por outro lado, entende-se o trabalho como dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim que, através do *trabalho concreto* cria valores socialmente úteis (*valores-de-uso*). Nesta dimensão entende-se o trabalho como uma concepção ampla da atividade vital e manifestação do homem, o que Marx define como *work*. Entender a categoria trabalho sob estes dois aspectos, *work* e *labor*, significa considerar que estes dois momentos pertencem a um único processo que pode ser observado desde o desenvolvimento do conjunto da humanidade. (Heller:1991). Logo, o trabalho é marcado por um processo contraditório, onde não podemos reduzir a um ou outro aspecto. Segundo Heller (1991:120) “para Marx é um erro acentuar o *work* sobre o *labor*, como fez Ricardo, como o *labor* sobre o *work*, como fez Fourier”.

Neste sentido, podemos afirmar que todo trabalho na sociedade capitalista é necessariamente trabalho abstrato e trabalho concreto, pois: todo trabalho é, de um lado, dispêndio da força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor de mercadorias. E todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (Marx). Ainda que tenhamos uma redução quantitativa do trabalho no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores-de-troca. É neste sentido que, segundo Antunes (1995:80) a crise do trabalho abstrato, dispêndio da força humana de trabalho socialmente determinada, não pode ser entendida como a crise do trabalho concreto.

A dificuldade de compreensão do significado da crise, que vivenciamos no âmbito do trabalho, tem levado vários autores como: Offe, Gorz e Habermas a afirmar que o trabalho não é mais central para pensarmos a vida cotidiana. Como já destacamos, esta afirmativa se coloca, particularmente pela crise do trabalho assalariado. Porém, discordamos desta análise, ao entendermos que, o trabalho na perspectiva da ontologia do ser social é inerente à condição humana, logo essência da prática dos homens. A partir de sua “função” primeira que se estabelece na relação homem-natureza, no caráter ontológico do trabalho os homens transformam a natureza em coisas úteis para suprir suas necessidades.

Com o desenvolvimento histórico das sociedades, através do trabalho, aprofundam-se as relações sociais entre os homens. E este caráter sociológico do trabalho é marcado por relações sociais, que ao longo do desenvolvimento do processo histórico da sociedade capitalista se complexificam. Isto nos leva a afirmar que todo o desenvolvimento das sociedades seja num estágio primitivo, ou num estágio mais desenvolvido, se dá em torno da organização do trabalho. Resgatamos em Lukács que:

*“...é apenas o nível do ser mais evoluído conhecido por nós, o ser social, que é em sua constituição dotado de tal teleologia real e efetiva, como um traço característico seu, elevando-se do nível no qual sua existência está baseada, aquela da vida orgânica, a uma nova forma autônoma do ser. Só podemos falar com sensatez do ser social quando compreendemos que sua gênese – sua ascensão a partir de sua base e sua aquisição de autonomia – fundamenta-se no trabalho, isto é, na realização contínua de postulados teleológicos.” (mimeo:8)*

Logo, o trabalho é protoforma do ser social, visto que é através dele que os homens estabelecem inter-relações a partir das formas mais desenvolvidas da práxis social. Segundo Antunes (1999), o avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo, através da relação de interação entre teleologia e causalidade, configura o trabalho como referencial ontológico fundante da práxis social. Ao estabelecer a relação entre o trabalho e as formas mais complexificadas da práxis social, a partir da relação natureza/homem/história, temos ainda em Lukács que:

*“As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza. O fato de que esse processo, na realidade, seja bastante longo, com inúmeras formas intermediárias, não anula a existência do salto ontológico. Com o ato da posição teleológica do trabalho, temos em-si o ser social. O processo histórico da*

*sua explicitação, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser em-si num ser para-si; e, portanto, implica a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais mais puros, mais específicos .” (17:1979).*

Nesta perspectiva, considerando a centralidade do trabalho, o ser social deve ser compreendido a partir de um complexo articulado que pressupõe as dimensões material/social e espiritual/natural. Isto significa afirmar que além dos aspectos ontológicos do ser social (relação homem/natureza) o trabalho carrega um caráter sociológico, determinado historicamente (relação capital/trabalho), onde é necessário ser compreendido a partir de suas múltiplas determinações.

Este processo nos permite entender porque no atual contexto histórico da sociedade brasileira vivenciamos a reemergência da economia solidária. Pois, se por um lado tais iniciativas respondem à capacidade dos homens pensarem e criarem formas de suprir suas necessidades, particularmente de sobrevivência (caráter ontológico do ser social); por outro, tais iniciativas ressurgem também como fruto do processo histórico da sociedade capitalista, onde o trabalho informal passa a se constituir como um trabalho diretamente integrado e funcional à lógica do sistema capitalista, como destaca Tavares (2004).

Podemos afirmar, portanto que, não há como desconsiderar a centralidade da categoria trabalho visto que, para a lógica do sistema capitalista, o trabalho é categoria central, enquanto possibilidade de exploração, alienação, coerção. Como por outro lado, o trabalho é também vida, condição inerente do ser humano que potencializa através da atividade laborativa sua capacidade teleológica de pensar/projetar e transformar a si mesmo e a realidade. Nesta perspectiva, significa considerar ao mesmo tempo o caráter sociológico e ontológico do trabalho. Ou seja, trabalho abstrato (labor) e trabalho concreto (work) respectivamente, configuram o entendimento das relações sociais entre os homens no atual contexto das sociedades capitalistas. O entendimento das duas dimensões é condição determinante para que possamos compreender o significado do trabalho hoje, não reduzindo as análises e propostas de superação da crise do desemprego a soluções paliativas e localistas que efetivamente não vão ao encontro das reais necessidades da classe-que-vive-do-trabalho.

Tendo como base o princípio da economia política, o trabalho é expressão negativa, definida como labor, visto que é uma relação historicamente determinada que indica condição da atividade humana expressa na sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção. Neste aspecto, o trabalho, que é a própria utilização da força de trabalho, torna-se uma mercadoria, reduzido a trabalho alienado enquanto resultado histórico da divisão social do trabalho, base da lógica do modo de produção capitalista. Labor refere-se ao trabalho abstrato, pois na análise da teoria marxiana, o trabalho enquanto mercadoria é marcado por uma relação de compra e venda da força de trabalho, entre capitalista e trabalhador. Esta relação constitui o trabalho assalariado, onde ao vender sua força de trabalho ao capitalista, o trabalhador é envolvido por relações sociais que o separam cada vez mais de si mesmo, de sua atividade, ao distanciar o trabalhador do resultado do seu trabalho, ou seja, das relações que o identificam como ser do gênero humano, capaz de pensar e conduzir sua própria vida. Assim, o trabalho abstrato assume um caráter de alienação e distanciamento do homem de sua própria essência. Como se este caráter do trabalho fosse algo naturalmente determinado na sociedade. Identificamos que há um processo de submissão e aceitação por parte dos trabalhadores a esta lógica que o subordina a contribuir para a reprodução das relações sociais capitalistas.

Mas sem perder de vista que o trabalho contraditoriamente é marcado, também, por uma concepção ampla, entendida como work, que significa atividade vital do ser humano ou manifestação de si mesmo, torna-se este, o primeiro pressuposto de toda existência humana. A atividade do trabalho como objetivação diretamente genérica é expressa por Marx como trabalho concreto que cria valores socialmente úteis, onde a capacidade do homem está voltada para a transformação da natureza e de si mesmo. Segundo Antunes (1995), nesta perspectiva, o trabalho é expressão fundamental para a humanização do homem. É nesta direção, enquanto trabalho concreto criador de valor-de-uso, que traz uma dimensão qualitativa na produção de coisas socialmente úteis, que atendam em primeira instância às necessidades humanas. Torna-se necessário desmistificar as relações sociais que se estabelecem entre trabalho abstrato e trabalho concreto, para que a própria lógica do trabalho capitalista possa ser desconstruída. Ou seja, possibilitar que os trabalhadores tenham consciência do significado do trabalho na dimensão concreta, visando criar mecanismos num novo ordenamento da lógica

societal. Tendo como base a centralidade do trabalho, vale ressaltar em Antunes que: "...o trabalho, entendido como protoforma da atividade humana, não poderá jamais ser confundido como o momento único ou totalizante; ao contrário, que a esfera do trabalho concreto é ponto de partida sob a qual se poderá instaurar uma nova sociedade. (1995:85)". Esta afirmativa de Antunes nos remete a idéia de que "...a alienação do trabalho não pode ser eliminada através do processo de trabalho, senão somente com a transformação da estrutura social em seu conjunto" (Heller:1991). Portanto, acreditamos que não é o trabalho que transformará a sociedade, mas é necessário transformar a estrutura social para que se construam novas relações sociais de trabalho.

A partir destas duas dimensões não podemos desconsiderar que a relação entre o trabalhador e sua atividade tem um caráter histórico, marcado por uma determinação econômica e por outro lado, constitui-se também pelo caráter ontológico do trabalho, visto que este último é intrínseco ao ser humano. Neste sentido, o trabalho é expressão contraditória: trabalho dividido e manifestação pessoal; miséria absoluta e possibilidade de riqueza universal.

Como já destacamos, não podemos reduzir a negação da centralidade do trabalho a partir da diminuição do emprego assalariado, que se coloca no contexto atual. O que se modifica é a forma de ocupação, inserção nas relações sociais de trabalho, a partir desta diminuição do trabalho assalariado. Mas este entendimento não implica na idéia da extinção do trabalho. Vivenciamos mudanças societárias que expressam novas formas de inserção no mundo do trabalho. E esta redução do emprego assalariado, ou seja, do tipo de ocupação que historicamente se configurou no desenvolvimento das sociedades capitalistas, deve ser considerada a partir da própria lógica das mudanças no padrão de desenvolvimento econômico, que se instaura nos anos 1970, com a adoção das idéias neoliberais e da acumulação flexível. Visualizar o fim do trabalho abstrato, produtor de mercadorias socialmente determinadas, enquanto valor-de-troca, ou seja, do emprego, é ontologicamente distinto de conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma de uma atividade humana (Antunes, 1995:82).

O processo de emancipação do trabalho assalariado deve ser pensado a partir da própria luta de classes, travada no interior das socieda-

des capitalistas. O que implica considerar a distinção entre trabalho e emprego. Pois, se o emprego reduz-se à função produtiva marcada pelas determinações do sistema econômico onde o que prevalece é a expansão quantitativa ilimitada do capital. O trabalho já traz uma dimensão ampliada, pois se refere às atividades desenvolvidas para atender, em primeiro plano, as necessidades humanas. Assim, o trabalho enquanto atividade qualitativa de construção de práticas voltadas para o atendimento das necessidades dos homens tem lugar central na própria busca de superação do trabalho assalariado. Este último marcado pela dimensão quantitativa da expansão do capital.

Entender a complexidade que envolve a categoria trabalho torna-se um desafio, particularmente, frente à necessidade de compreensão do significado do trabalho concreto e do trabalho abstrato no atual contexto do desenvolvimento capitalista. Pois, na nova fase do capitalismo avançado, o trabalho assalariado que sempre teve lugar de destaque vem perdendo sua centralidade nas relações capitalistas. Mas isto não significa desconsiderar que o espaço do trabalho é um dos espaços privilegiados para entender o atual contexto da sociedade capitalista, a partir da luta de classes na construção de uma contra-hegemonia. Heller (1991) nos aponta o caminho metodológico deste desvendamento das relações sociais de trabalho, tendo como base a construção da particularidade e da generalidade a partir da noção de labor (execução cotidiana) e work (atividade genérica). Isto implica em considerarmos o trabalho, também nestes empreendimentos econômicos solidários, a partir do seu duplo aspecto.

No interior deste debate questões centrais devem ser mais aprofundadas, visto que, a diminuição do trabalho assalariado ou do trabalho abstrato é fato concreto nas sociedades capitalistas. O que tem incidido diretamente sobre as condições de vida e trabalho das classes subalternizadas. Este processo se desenvolve a partir da própria forma de organização da sociedade capitalista, no sentido de fortalecer o processo de produção e reprodução da acumulação de capital. Verifica-se o crescimento de uma série de formas de contratação precárias no trabalho que tendem a diminuir os custos sociais com a reprodução da força de trabalho e a estimular maciçamente o individualismo e a competitividade entre os trabalhadores, visando aumento da taxa de mais valia. Isto implica pensar nos componentes da moderna informalidade que aprofundam a exploração do trabalho, não mais numa relação social de trabalho as-

salariado, mas através do trabalho informal, precário, terceirizado. Este processo vem garantindo a permanência da dimensão do trabalho abstrato e não a sua superação. Ainda que o trabalho assalariado na sua forma mais tradicional, – compra e venda da força de trabalho através de um contrato de trabalho, venha sofrendo profunda redução. Devemos analisar que a extinção do trabalho assalariado não necessariamente aponta para a superação da lógica capitalista. Pois o trabalho informal apontado como uma outra forma de trabalho e exploração está submetido às mesmas leis econômicas que regem o sistema assalariado (Tavares, 2004). Na perspectiva de análise de Tavares os nexos do trabalho informal com o capital não são novos. O que se coloca como nova é a expansão do fenômeno da informalidade no interior da lógica capitalista, onde o trabalho informal assume uma função tão importante, quanto o trabalho formal, na produção capitalista. Para a autora com a terceirização emerge uma nova modalidade de exploração do trabalho, mediante relações informais identificadas tanto na esfera da produção, quanto na esfera da circulação de mercadorias. Tavares ainda destaca que:

*“...para que o capital possa movimentar-se sem constrangimentos, as instituições públicas promovem os ajustes necessários, traduzidos em leis também “flexíveis”. Com isso, criam-se condições efetivas para se reduzir os custos variáveis da produção capitalista mediante a utilização de trabalhadores cooperados, domiciliares, ou de qualquer outra forma que atenda ao fim capitalista.” (2004:143)*

Neste sentido, identificar a inserção no trabalho através da economia solidária, que é uma das expressões do trabalho informal, permitirá uma análise das possibilidades e limites dessa forma de trabalho na construção de novas relações sociais de trabalho que caminham na perspectiva emancipatória. Como também permitirá entender que a economia solidária, assim como outras formas de trabalho não assalariadas podem reforçar o trabalho precário, a alienação, a manutenção e reforço da exploração do trabalhador.

Neste espaço, marcado pelas contradições do capitalismo, que identificamos por um lado, a diminuição do trabalho assalariado, por outro, o aumento dos trabalhos temporários, terceirizados, precários, assim como o ressurgimento da economia solidária não podemos reduzir estes tipos de trabalho a uma mesma racionalidade interna.

### **3. A Economia Solidária na construção de uma nova racionalidade do trabalho**

Sem dúvida, no atual contexto da realidade brasileira o ressurgimento da economia solidária é marcado por um complexo de questões que envolvem: estratégias de sobrevivência por parte dos segmentos excluídos do mercado formal frente ao desemprego; atividades informais com articulação direta e funcionalidade com a produção capitalista, assim como a perspectiva de que a economia solidária pode ser entendida como instância de produção de novas práticas em que o trabalho é marcado por um novo sentido na vida dos homens. Ainda que, sob condições adversas, frente ao complexo da reestruturação produtiva, é possível supor que na realidade brasileira algumas práticas já vêm sendo desenvolvidas e apontam para esta perspectiva emancipatória do trabalho. Esta lógica que perpassa os empreendimentos econômicos solidários pode viabilizar a busca da dimensão produtiva, tendo como primeira instância à garantia e desenvolvimento do próprio homem. Porém, isto impõe mudanças de valores e ideologias opostas à lógica capitalista, tão arraigadas nos indivíduos. Neste contexto, o potencial educativo e o processo de aprendizagem, que envolve tais práticas, podem contribuir para a constituição de uma nova maneira de interpretar e construir a realidade, calcada em práticas na perspectiva da construção de um novo trabalhador e, conseqüentemente, num novo sentido do trabalho.

Nesta perspectiva, se torna necessário problematizar o caráter de dependência das cooperativas, procurando decifrar o potencial organizativo e autogestionário destes grupos. Portanto, como a integração social e a interdependência entre os diversos grupos que caminham nesta perspectiva, podem garantir o fortalecimento de tais iniciativas num mercado extremamente excludente e competitivo. Torna-se necessário analisar, entre outros, que elementos podem garantir a articulação de interesses comuns entre tais práticas, evitando o localismo e o isolamento.

Nesta perspectiva reforçamos a centralidade da categoria trabalho, como base do processo de humanização dos homens e enquanto possibilidade de construção de novas práticas sociais emancipatórias. Isto implica considerarmos o processo imediato e mediato de retomada

das cooperativas. Num primeiro plano se desenvolve a partir da necessidade de inserção no trabalho de diversos segmentos da sociedade brasileira, face ao desemprego estrutural. Onde há uma forte redução dos gastos públicos na área social e, particularmente, no campo dos direitos trabalhistas, face a precarização das relações de trabalho. E onde o avanço tecnológico se por um lado contribui para o processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora, por outro exclui vários segmentos do mercado de trabalho. Considerando a nova ordem econômica, política e social temos no plano imediato, o ressurgimento da economia solidária como uma das estratégias para enfrentar a exclusão do mercado de trabalho formal.

O segundo ponto que não podemos desconsiderar é que no plano mediato a economia solidária vem se constituindo em uma perspectiva de construção de uma nova sociabilidade do trabalho. Neste sentido, a organização dos grupos econômicos solidários se desenvolve a partir de princípios como: a solidariedade intra-classe; o caráter autogestionário e a participação democrática e coletiva dos grupos nos processos decisórios; a socialização dos frutos do trabalho produzidos coletivamente pelo grupo e a produção de mercadorias socialmente úteis. Estes elementos marcam uma racionalidade interna dos empreendimentos econômicos solidários na perspectiva de um novo sentido do trabalho. Porém, as dificuldades enfrentadas por estes empreendimentos, frente à lógica capitalista são diversas, como: conhecimento dos próprios membros dos grupos do que é a economia solidária a partir dos princípios de solidariedade, autogestão; garantia da autonomia na organização dos empreendimentos frente à dependência das entidades de fomento; dificuldade de comercialização dos produtos; dificuldade de crédito e financiamento; isolamento e localismo de alguns empreendimentos, entre outras dificuldades.

Diante deste quadro que configura uma realidade marcada por complexas e múltiplas determinações, consideramos que o domínio da inserção no trabalho, que se expressa na economia solidária torna-se um campo rico de investigação que nos permite ampliar a discussão sobre as condições de vida e trabalho dos segmentos das classes subalternizadas. O desafio nos exige questionar sobre o alcance efetivo e possibilidades futuras de tais iniciativas contribuírem efetivamente para a perspectiva de uma nova sociabilidade do trabalho.

Desta forma, a proposta de analisar os potenciais contra-hegemônicos da economia solidária é, no nosso estudo, menos associada à idéia de realçar uma virtualidade intrínseca às suas práticas, do que recuperar o sentido do trabalho, na perspectiva da construção de uma nova sociabilidade, supostamente a ela inerente ou ausente que muitos autores apontam como elemento constitutivo na emancipação pelo trabalho.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, N.L.T e ALENCAR, M.M.T de. Transformações estruturais e desemprego no capitalismo contemporâneo. In: Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens. SERRA, R. (org.). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES-FSS/UREJ, 2001.
- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Coleção Mundo do Trabalho. Boitempo Editorial. 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo editorial/ Coleção Mundo do Trabalho, 3ª ed, 2000.
- ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Globalização e Sociedade Civil: repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa*. Revista Proposta nº 74, 1997.
- BORGES, A.; DRUCK, M.G. *Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho*. In: Caderno CRH nº 19. Salvador, 1993.
- CATTANI, A.D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CORAGGIO, José Luis. *Economía popular y políticas sociales: el papel de las ONGD*. Instituto Fronesis, 1994. (mimeo).
- COUTINHO, C (org). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- GAIGER, L.I. Empreendimentos econômicos solidários. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- \_\_\_\_\_. Significados e tendências da economia solidária. In: *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. Grupo de Trabalho Economia Solidária da CUT, 1999.
- GORZ, André. *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*. Tradução de Montoia. São Paulo: Annablume, 200
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo. Ed. Loyola, 1992.
- HELLER, Agnes. De la cotidianidad a la generecidad. In: *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península/historia/ciência/sociedad, 144, 1991.

- HUSSON, Michel. *Miséria do capital: Uma crítica do neoliberalismo*. Tradução Ana Barradas. Lisboa: Terramar, 1999.
- ICAZA, A.M.S; TIRIBA, L. Economia popular. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- KAMEYAMA, Nobuco. Direito ao Trabalho e Políticas Públicas de Geração de Emprego. In: *I Jornada de Pesquisadores em Serviço Social / ABEPSS/LESTE – UFRJ/Praia Vermelha*. 24 a 27 de agosto de 2004.
- LESSA, Sergio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. In: *Serviço Social e Sociedade nº 52*. São Paulo: Cortez, 1996.
- LISBOA, A.M. Solidariedade. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- LUKÁCS, G. Ontologia do ser social: *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. O Trabalho. (Capítulo I da Segunda Parte da obra *Ontologia do ser social*. Tradução: (mimeo)
- MACEDO, M. de A. Trabalho informal e políticas de inserção: uma relação em debate. *Revista de Políticas Públicas – São Luís, UFMA*, 2002.
- MACHADO, Luiz. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. Orgs. SANTANA, M.A, RAMALHO, J. R. São Paulo, Boitempo, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I*; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17ª ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa.. São Paulo: Editora da UNICAMP e Boitempo Editorial, 2002.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez, 2002.
- NAKANO, Marilena. Anteag: a autogestão como marca. In: *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. SINGER, P e SOUZA, A. R. (orgs). São Paulo: Contexto, 2000.
- NAKATANI, Paulo. A Questão Metodológica da discussão sobre a centralidade do trabalho. 2000. (mimeo).
- QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx*; tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001. (237-251).
- SADER, Emir. Por Qué y qué en Porto Alegre ? In: *La venganza de la historia. Hegemonia y contra-hegemonia em la construcción de um nuevo mundo posible*. Buenos Aires: Clasco, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHIMIDT, D; PERIUS, V. Cooperativismo – cooperativa. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SINGER, Paul. Economia solidária. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- \_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1998.
- TAVARES, M. A. A terceirização e a nova composição da informalidade. In: *Temporalis n° 04/ABEPSS*, Brasília: ABEPSS, GRANFLINE, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TIRIBA, Lia Vargas. *Economia popular e cultura do trabalho: Pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. (Coleção Fronteiras da Educação).
- \_\_\_\_\_. A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo). In: *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, - nº1 (maio 2000). Niterói: Intertexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Gaudêncio Frigotto (org). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. COOPARJ – *Cooperativa de produção de parafusos no Rio de Janeiro*. In: Proposta – Revista da FASE. Ano 26, nº 74. Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Educação e Autogestão: desafios frente à crise do desemprego. In: Revista eletrônica [www.uff.br/trabalhonecessário](http://www.uff.br/trabalhonecessário). 08/04/2005.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

## DOCUMENTOS:

Infomativo da Secretaria Nacional de Economia Solidária / SENAES

Lei do Cooperativismo – nº 5.764, de 16/12/71

Plano de Ação 2004 e 2005 – Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego